



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

33
l
243

4ª Câmara Cível

Agravo Regimental nº 0166514-3/01

Agravante: Unibanco – União dos Bancos Brasileiros S/A

Agravado: Juízo de Direito da 16ª Vara Cível da Comarca de Recife-PE

Relator: Des. Francisco Tenório dos Santos

R
5705

EMENTA: Recurso de Agravo Regimental em Face de Decisão Terminativa em Mandado de Segurança. Ato Judicial. Incabimento da Ação Mandamental. Decisão Terminativa Perfeitamente Correta. Teratologia. Não Ocorrência. 1. Não cabe Mandado de Segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição. In casu, o recurso cabível é o Agravo de Instrumento. Decisão Terminativa Mantida.

ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo Regimental nº 0166514-3/01, em que é agravante, Unibanco – União dos Bancos Brasileiros S/A, e agravado, Juízo de Direito da 16ª Vara Cível da Comarca de Recife-PE, acordam os Desembargadores que compõem a 4ª Câmara Cível, por maioria, **NEGAR PROVIMENTO** ao agravo regimental, nos termos da ata de julgamento e o voto do relator.

Recife, 20/5/10.

Des. Tenório dos Santos

Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

34
b

244

4ª Câmara Cível

Agravo Regimental nº 0166514-3/01

Agravante: Unibanco – União dos Bancos Brasileiros S/A

Agravado: Juízo de Direito da 16ª Vara Cível da Comarca de Recife-PE

Relator: Des. Francisco Tenório dos Santos

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de agravo regimental contra decisão terminativa que indeferiu *in limine* a inicial de mandado de segurança impetrado contra ato judicial, o qual determinou ao impetrado a exibição de extratos bancários de caderneta de poupança, nos autos da ação de cobrança movida por Marily Nóbrega Sial.

Defende o banco agravante a inaplicabilidade da Súmula nº 267 do STF e que tem direito líquido e certo a ser amparado pelo writ.

Alega ainda, na mesma exordial, que a decisão de primeiro grau é teratológica, a justificar o manejo da ação mandamental.

Defende ainda que o prazo decadencial para a impetração surge com a lesão ou ameaça do direito do impetrante.

Por último, acresce que há direito líquido e certo, eis que a decisão é contra *legem*, além de comentar que para configuração da inversão do ônus da prova, deve ser apontada a impossibilidade do autor da ação produzi-la, bem como que a decisão é desfundamentada.

Cita arestos jurisprudenciais a socorro de sua tese, para depois requerer o provimento do presente recurso, julgando, por conseguinte, o mandado de segurança.

É o relatório, no essencial.

Recife, 20/5/10


Des. Tenório dos Santos
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

35

1

245

4ª Câmara Cível

Agravo Regimental nº 0166514-3/01

Agravante: Unibanco – União dos Bancos Brasileiros S/A

Agravado: Juízo de Direito da 16ª Vara Cível da Comarca de Recife-PE

Relator: Des. Francisco Tenório dos Santos

VOTO

Consoante breve relato, cuida-se de agravo do regimento contra decisão terminativa da lavra do relator originário, que indeferiu a inicial do writ, por entender o remédio excepcional como sucedâneo de recurso próprio.

Para melhor compreensão dos eminentes pares, oportuno trazer, aqui, o teor da decisão guerreada.


" Ler fls. 216 a 218 ".

O presente recurso não merece prosperar. Na verdade, o writ foi utilizado como sucedâneo de recurso próprio, no caso, o agravo de instrumento.

Isto posto, sem mais delongas, voto pelo IMPROVIMENTO do regimental, para manter íntegra a decisão indeferitória da inicial do writ.

É como voto.

Recife, 20/5/10.


Des. Tenório dos Santos

Relator